

CARTOGRAFIA DA DISCIPLINA NOS POSTOS DE ATRAÇÃO EM MATO GROSSO

Lucybeth Camargo de Arruda, Mestre em História-UFMT

A Comissão Rondon dispunha de um objetivo nacional, formulado pelo governo de Affonso Penna, de incorporação efetiva dos territórios do Acre, do Purus e Juruá ao Brasil.

Entre estas medidas figurava, em primeiro plano, a da construção de uma linha telegraphica que ligando a Capital da República àqueles territórios, tornasse possível sobre eles a permanente ação do governo central com a regularidade exigida pela magnitude dos interesses nacionais ligados àqueles regiões¹.

O presidente Affonso Penna, ao tomar conhecimento da grande investida, chamou Rondon para pedir a sua opinião e convidá-lo para tal tarefa, onde ficou acertado que:

A nova comissão se encarregaria não só da construção propriamente dita de linhas telegraphicas, como também de todos os serviços que se prendessem ao completo conhecimento da região que se ia atravessar sob o ponto de vista geográfico, botânico e mineralógico e mais ainda do descobrimento das populações indígenas que lá existissem as quais ficaram sob os cuidados da comissão no intuito de se evitar que a penetração de seus territórios fosse acompanhada das calamidades e crueldades sofridas pelos habitantes de outras regiões onde se haviam estabelecido estradas de ferro ou de rodagem, instalado linhas de navegação ou feito simples incursões de explorações geográficas ou ainda de demarcação de limites².

O projeto de nação de Rondon previa um auspicioso planejamento e esquadramento das raias brasileiras transformando os territórios indígenas em aldeias (espaços recortados e delimitados), aos moldes da urbanidade que requeriam uma civilização, com (...) os índios nas suas casinhas de telha e até luz elétrica, as vacas leiteiras pastando no campestre aramado, limitado pelas águas dos rios Paraguai e Bugres³.

¹Missão Rondon III. Jornal do Commercio, 12 de junho de 1913. Filme 382. Fotograma 059. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

²Missão Rondon III. Jornal do Comércio, 12 de junho de 1913. Filme 382. Fotograma 059. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

³CABRAL, Octaviano. Citado, 1963:281.

Essa construção de Rondon que, era a concepção da própria Comissão, evidenciava os interesses da insurgente república frente às etnias do Brasil e, mais, segundo Lylia Galletti, representava a inserção efetiva do progresso, via ação civilizatória dos índios.

Ao mesmo tempo, a Comissão descortinava os sertões mato-grossenses como uma fronteira do país, na sua dupla acepção de espaço da *barbárie* e terras novas – região abundante em recursos naturais, que ela própria encarregava-se de inventariar – a ser colonizada pela nação⁴.

Cândido Mariano Rondon também acumulava outra função junto ao Governo Federal, era também presidente do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado em 1910, com o objetivo de localizar, pacificar e promover a civilização dos povos indígenas. O processo denominado de “pacificação” começava com a primeira investida da Comissão que, em seguida, repassava o trabalho de atração e instalação de aldeamento para o SPI. Essa dupla atividade de Rondon nos permite afirmar que houve uma ação articulada das duas instituições, de redefinição dos espaços geográficos do Centro Oeste e Norte do Brasil. Ao assim fazer o sertanista contribuía para o adensamento populacional dos sertões, com a abertura de novas frentes de colonização e principalmente promovia a distensão dos conflitos entre colonizadores e povos indígenas – reservando terras para a especulação e expansão econômica. Portanto, a partir da localização e contato nas territorialidades indígenas, a próxima ação era a redefinição desses espaços, com o estabelecimento de balizas e discursos cartográficos e a instalação de equipamentos e ranchos para se estabelecer as condições mínimas da pretensa “reeducação”.

Contudo, antes da política de tutela⁵ dos índios e da disciplinarização do corpo para o trabalho rural, através do SPILTN, houve outras ações de intervenção estatal, o que demonstra uma experiência de conhecimento acumulada ao longo dos anos e até dos

⁴GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de Doutorado. São Paulo. Abril de 2000: 234.

⁵O exercício do poder tutelar implica em obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá, definição de Antonio Carlos de Souza Lima em *Um Grande Cerco de Paz*. Citado, 1985.

séculos. Basta para efeito ilustrativo citar a orientação do Diretório Geral dos Índios, de 1757, que pode ser considerado como uma espécie de protopolítica da coroa portuguesa, isto é, do Estado, que estabelecia instruções para a atuação junto aos povos indígenas. O Diretório previa:

(...) solucionar grandes problemas da defesa territorial e do povoamento, apresentando como sugestão um plano de secularização no serviço da administração dos índios (...). Os dados mostram que o Diretório foi um plano de civilização dos índios e um programa de colonização (...) e utilização de índios em atividades econômicas de colonos e governos coloniais⁶.

A abertura dos sertões e a redefinição territorial no início do século XX faziam parte de um programa nacional que visava consolidar o Brasil enquanto Estado soberano.

Povoamento, ocupação, integração constituem os novos movimentos da Nação em busca de sua plenitude. (...) O espaço físico unificado constitui o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apóiam: a unidade étnico-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento de ser brasileiro⁷.

Por conta desse projeto maior de nação, era tarefa do SPINTL, a “pacificação” dos índios hostis, como também lhe cabia dar: *Assistência, ensino e providenciar de toda a natureza de modo a apressar sem nenhuma (sic) coação, a emancipação dos índios e sua digna incorporação na sociedade brasileira, saudáveis do corpo e capazes do trabalho livre*⁸.

Essa estratégia de conquista, pacificação e redefinição geográfica, em nenhum momento, estiveram desligada de um forte interesse econômico. Em documento, o SPI indica a eficiência deste órgão, que se apresentou como uma verdadeira lança das novas frentes de expansão:

A excelência e absoluta eficácia do processo usado pelo Serviço (SPI) para pacificar os sertões disputados por civilizados às tribos guerreiras que as ocupam desde épocas imemoriais, só lhes teríamos de responder que esse processo já havia dado idênticos resultados ao General Gomes Carneiro, o

⁶ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 14.

⁷LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas – 2ª ed. SP: Papirus, 1986:57.

⁸Ata resumida de exposição sobre o Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 380. Fotograma 886.

empregou em 1891 aos índios Borôros do rio das Garças, que impediam a passagem da linha telegráfica de Goiás para Cuiabá; aos Nambikuaras, que defendiam as florestas abundantes de seringueira da região do Juruena; as Barbados, que desde tempos coloniais fechavam ao acesso dos civilizados às matas da Poaia; aos Arikunes e a dez outras nações de índios guerreiros que habitam o vasto Noroeste Mato-grossense a partir do Planalto dos Parecis até as margens do Madeira⁹.

Nos documentos analisados para esta comunicação observamos esta presença clara do Estado como regulamentador do uso e a ocupação do espaço, através de instruções e normativas que exigem e definem posições políticas e perscrussões para fundação de postos e povoações indígenas, contrariando a noção comum de casualidade e imprevisto absoluto, a própria cartorização demonstra o monitoramento das ações desenvolvidas nas frentes de contato¹⁰. A partir do enraizamento e efetivação do posto de atração as terras do entorno poderiam mais facilmente servir aos projetos colonizatórios oficiais e à disposição dos “civilizados” para promover o “progresso”.

O Serviço começa pondo fora de toda a possibilidade de litígio a posse das terras em que esses índios moram, plantam as suas lavouras e criam os seus animais e aves domésticas. Cerca-os, depois, de cuidados para que não sejam lesados nas suas transações de venda e compra com os negociantes e particulares. Em seguida fornece-lhes sementes, instrumentos, máquinas e outros meios adequados à melhoria e valorização dos produtos de seu trabalho; reforma-lhes as habitações; inculca-lhes hábitos de higiene, substitui-lhes a medicina e os medicamentos, e instala-os ao final nas primeiras letras e nos conhecimentos mais indispensáveis à vida civilizada¹¹.

Documento datado de 1920, do Ministério da Agricultura, traz a relação da maioria das etnias contatadas até o ano de 1919, pela Inspetoria de Mato Grosso, estas informações nos apontam de maneira objetiva um movimento de reespecialização que de forma comparada pode nos informar as direções do desenvolvimento econômico do estado. A

⁹ Documento do SPI – 1918. Microfilme 380. Fotograma 1225, , Museu do Índio/FUNAI-RJ.

análise desta difusão das frentes de contato pode apresentar um quadro espacial da ocupação e redefinições estratégicas do SPI em Mato Grosso.

A Inspetoria estendeu muito, em 1919, o seu campo de ação, está em relação estreita com numerosos grupos de índios das tribos Bororos, Terenas, Quiniquinaus, Cayuás, Guaranys, Parecis, Cabixis, Bacahirys, Cadiuéos e Guatós. Quanto à estatística das responsáveis populações, não dispõe a Diretoria neste momento de elementos exatos, visto não ter sido ainda possível ao Inspetor remeter o seu relatório. Contudo, a Diretoria pode afirmar que só no Bananal há uma população avaliada em 800 índios Terenas; que os Cayoás e Guaranys, do Brilhante, Ivinheima, etc. são calculados em 10.000; que os Quiniquinaus aldeados em Miranda, são mais do que 300; que os Bororo do Tarigara, de São Lourenço e do Quedjara, em relações contínuas e ininterruptas com a Inspetoria, sobem a mais de 700, sendo a população total do rio São Lourenço ou rio Vermelho, avaliada em perto de 5000 almas; que os Parecys dos Postos do Utiarity e de Ponte de Pedra, são em número de 200. Quanto aos Cabixis, os Barbados e os Bacahirys não há ainda elementos para estimativa nenhuma... (...) Se a estas nações juntarmos os Nambikuaras, Kepiri-Uats, e numerosas outras encontradas e pacificadas pelo Sr. General Rondon no sertão por ele aberto à civilização no noroeste mato-grossense, não estaremos muito longe da realidade computando em mais 20 tribos¹².

A localização geográfica para a instalação de um Posto indígena costumava ser analisada meticulosamente, como mostra um relatório de 1919, em que o encarregado do Posto Fraternidade Umutina, Octaviano Calmon trata das expedições que organizou em busca de informações sobre uma área para a instalação de mais um posto de pacificação.

Percorri grande extensão de mata e toda a área é boa, assim como a que se estende pelo córrego abaixo, andei também em diversas capoeiras (roças antigas) dos Pareci e nelas encontrei, bananeiras, pés de mandioca e batatas de anos atrás, e em algumas já há mata formada prestando-se para novas roças, não tendo naquela (sic) quantidade de capins (sic) como sempre acontece nas roças em abandono¹³.

¹⁰No documento do SPI que contém essas instruções traz a informação de que o local é escolhido pelo SPI, em uma extensão que for possível obter do governo do estado. Deixando claro, que as terras onde estão localizados os índios é de propriedade do governo estadual, não reconhecendo a posse dos índios.

¹¹Orientação sobre a pacificação. Página 05, 1918. Fotograma1245. Microfilme 380. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

¹²Relatórios das 6 Inspetorias do SPI, em 1920. Microfilme 380. Fotograma 1233, Museu do Índio/FUNAI-RJ.

¹³Comunicação do regresso de viagem ao córrego São Francisco, num serviço de averiguação de terras para lavouras, conforme ordem do SPI. Posto Fraternidade – 12 de abril de 1919. Microfilme 200. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

Vários fatores eram considerados nas expedições no sertão de modo a se evitar o acirramento entre as sociedades indígenas e não-índias. A “nova” delimitação das terras proposta, via de regra deveria evitar a transferência de índios para terras fora da área em que tradicionalmente perambulavam, até porque os projetos de aldeamentos considerava as territorialidades ancestrais indígenas, no entanto, esta concessão tinha um limite: *sem, entretanto sacrificar as condições que possam concorrer para apressar a civilização e prosperidade deles*¹⁴.

De acordo com a noção de disciplinarização proposta por Foucault, a localização no espaço se dá pela localização imediata e pelo quadriculamento, permitindo uma espécie de controle cartográfico, uma vez que passa a:

Estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico¹⁵.

Considerando a necessidade de civilizá-los, cria-se, segundo a reflexão do autor um espaço que vai além do objetivo de vigiar, cria-se um espaço útil.

Todos esses cuidados quanto à escolha do terreno para a localização do posto, demonstra a importância da produção de um espaço adequado no âmbito dos processos de “pacificação e civilização”. Uma área bem escolhida era um passo significativo para a criação de um posto eficiente, capaz de levar adiante as estratégias para que o contato acontecesse com êxito.

Os olhos do SPI – seus agentes, técnicos e engenheiros, estavam preparados para localizar e informar ao órgão federal de todos os detalhes, em particular dos que eram considerados

¹⁴Instruções ao Inspetor no Estado de Mato Grosso regulando os estudos para a fundação de uma povoação indígena. Microfilme 380, fotograma 1217. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

¹⁵FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes. 1999:123.

imprescindíveis, inclusive com mapas rudimentares e sofisticados, os quais precisamos conhecer como fonte de pesquisas históricas:

(...) os reconhecimentos parciais que forem necessários para conhecer com aproximação a situação, extensão, condições de clima e salubridade, as riquezas naturais das terras ocupadas pelos índios, limites tradicionais aceitos pelas diversas nações ou tribos, o estado possessório e valor venal das terras confrontantes e a direção e estado das atuais vias de comunicação para os centros civilizados¹⁶.

Desde a segunda metade do séc. XIX a geopolítica foi matéria básica das escolas militares no Brasil e no mundo, sendo conteúdo também do SPI, um dos fatos que de certa forma explica a vinculação deste órgão ao exército brasileiro.

Para o bem estar e o progresso do país, nenhum se encontra em melhores condições de levar a termo o programa de nacionalização integral de nossa vasta população indígena, do que o Ministério da Guerra, colocado mais do que qualquer outro no ponto de vista cívico, e dispondo de pessoal capaz de defender o índio contra o esbulho de invasores e de educa-los em sentimento vivo de seus deveres para com a Nação. Amparados e dirigidos por chefes militares adquirirá o índio facilmente a convicção de que é, acima de tudo, um servidor da pátria, tanto nos labores cotidianos da paz, como nas horas em que por ventura se vier a exigir dele sacrifícios maiores¹⁷.

Na definição do local mais apropriado para a instalação do posto de atração, considerava-se ainda a disponibilidade de recursos naturais como a água corrente, visando certamente a autonomia do posto em situações de dificuldade. As expedições de reconhecimento de área para fins de aldeamento deveriam:

Determinar as altitudes dos pontos principais como gargantas de transição de bacias ou vales de primeira ordem, travessia de serras, contrafortes, rios e caminhos, assim como das serras, chapadões e vales povoados por índios, empregando o barômetro aneróide previamente estudado em sua variação¹⁸.

¹⁶ Instruções para uso dos Inspetores do SPI, na primeira expedição destinada à instalação da sede da Inspetoria e à visita geral às terras habitadas pelos índios. Filme: 380, Fotograma 675. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

¹⁷ Documento de 30 de outubro de 1933. Microfilme 380. Fotograma 864. Museu do Índio/FUNAI-RJ

¹⁸ Instruções para uso dos Inspetores do SPI, na primeira expedição destinada à instalação da sede da Inspetoria e à visita geral às terras habitadas pelos índios. Microfilme: 380, Fotograma 675. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

Concluída a expedição de reconhecimento, todas as anotações das cadernetas de campo, croquis parciais e esboços tinham destino certo: seguiam, em forma de relatório, para a 1ª subdiretoria do SPI, também chamada de Inspetoria regional do SPILTN e, numa segunda cópia, para o escritório da Inspetoria Nacional do mesmo órgão, no Rio de Janeiro. O relatório final, contendo todos os dados técnicos colhidos no reconhecimento, conforme as instruções específicas, deveria indicar:

Os territórios de índios que se acharem em condições de ser medida e demarcada, a localidade mais conveniente à fundação de povoações indígenas e ao estabelecimento de centros agrícolas, as culturas adaptáveis às terras visitadas, os caminhos ou estradas que for urgente melhorar ou abrir, e quaisquer outros trabalhos necessários e oportunos em benefício dos índios e trabalhadores nacionais¹⁹.

A política indígena da época alicerçadas nas teorias eugênicas de branquialização da raça caracterizava-se por uma proposta de inclusão a partir do controle e, principalmente, por ações que determinassem uma geopolítica de guerra velada. Que, no entanto, se realizava sob outras estratégias refinadas e representativamente menos cruéis.

O discurso positivista de integração, civilidade e, até mesmo, de proteção aos índios, prevê o deslocamento da condição de absoluta submissão para uma condição humanizada de exploração - o trabalho moderno. É assim que o órgão pode ser, em ampla medida, responsabilizado pelo imenso processo de sedentarização da população indígena.

Do mesmo modo como operou na escolha da área para a instalação do posto, visando o disciplinamento do território, o SPI exigia o cumprimento de um conjunto de procedimentos normativos no âmbito desta unidade – posto – que compunha uma rotina que poderíamos chamar “disciplinadora do corpo selvagem”, se efetivando, através do trabalho, o incremento logístico do aldeamento com a produção de subsistência e ainda, o uso da roupa, do chapéu, da bota e do cinto para a realização de tais atividades. Compunha ainda a

¹⁹Instruções para uso dos Inspetores do SPI, na primeira expedição destinada à instalação da sede da Inspetoria e à visita geral às terras habitadas pelos índios. Microfilme: 380, Fotogramas 675, 676 e 677. Museu do Índio/FUNAI-RJ.

estratégia, a doação de brindes como os machados, foices e facões que “convidavam” ao trabalho, porém sobre as ações na esfera dos corpos e gestos humanos fica para uma próxima reflexão, não menos importante.